



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1996-1997)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE NOVEMBRO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João António Gonçalves do Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ernesto Figueira dos Reis

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional (Pereira Gomes) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) sobre o destino a dar ao património imobiliário do Ministério da Defesa Nacional de Castelo Branco, afastado dos fins a que tinha sido afecto, designadamente o chamado Quartel da Devesa, a Carreira de Tiro do Couto de Valongo e o Couto de Montalvão, e ainda ao Sr. Deputado Marques Júnior (PS).

À pergunta sobre regadios e caminhos colectivos, feita pelo Sr. Deputado Adriano Azevedo (PSD), com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados António Martinho (PS) e Lino de Carvalho (PCP), respondeu o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Gomes da Silva).

Sobre a plantação de eucaliptos na serra de Montemuro, concelho de Arouca, distrito de Aveiro, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia (Os Verdes) questionou o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que respondeu, assim como às perguntas adicionais feitas pelo Sr. Deputado António Martinho (PS).

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior (Jorge Silva) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Calçada (PCP) sobre a entrada em funcionamento das novas instalações da Escola Superior de Medicina Dentária e da Escola Superior de Ciências do Desporto, da Universidade do Porto, e a perguntas adicionais dos Srs. Deputados Eurico Figueiredo (PS) e Carlos Coelho (PSD).

O Sr. Deputado Paulo Néves (PS) questionou o Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Guilhermino Rodrigues) sobre os investimentos a realizar na rede ferroviária da linha do sul e regional do Algarve, que respondeu também a pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Macário Correia (PSD), Nuno Abecasis (CDS-PP), José Calçada (PCP) e Agostinho Moleiro (PS).

À pergunta formulada pelo Sr. Deputado Macário Correia (PSD) sobre como vai o Governo cumprir o prometido às autarquias locais em 1996 e 1997 e no horizonte desta legislatura, respondeu o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (José Augusto Carvalho) e ainda aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Jorge Rato (PS), José Calçada (PCP), Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP) e Duarte Pacheco (PSD). No final, o Sr. Deputado Jorge Rato deu explicações à defesa da honra do Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arlindo Cipriano Oliveira.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egípto.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Maria Teixeira Dias.

José Pinto Simões.

Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos.
Teresa Maria Gonçalves Gil Oliveira Pereira Narciso.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Adriano de Lima Gouveia Azevedo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antônio da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
 Fernando Santos Pereira.
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas
 Bordalo.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco José Fernandes Martins.
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
 Gilberto Parca Madail.
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João Carlos Barreiras Duarte.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Augusto Gama.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Carlos Pires Povoas.
 José de Almeida Cesário.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Luís Resende Moreira da Silva.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Mendes Bota.
 Lucília Maria Samoreno Ferra.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luis Filipe Menezes Lopes.
 Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
 Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
 Augusto Torres Boucinha.

Fernando José de Moura e Silva.
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
 Manuel Fernando da Silva Monteiro.
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
 Nuno Kruz Abecasis.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António João Rodeia Machado.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araújo Calçada.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a sessão de hoje será preenchida com perguntas ao Governo, pelo que se rei rigoroso com os tempos.

Para formular a primeira pergunta, sobre o destino a dar ao património imobiliário do Ministério da defesa Nacional de Castelo Branco afastado dos fins a que tinha sido afecto, designadamente o chamado Quartel da Devesa, a Carreira de Tiro do Couto de Valongo e o Couto de Montalvão, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, que dispõe de três minutos.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, a minha pergunta incide sobre terrenos existentes e afectos ao seu ministério na cidade de Castelo Branco. Nesta cidade existiram dois estabelecimentos de natureza militar, que funcionaram até há poucos anos atrás, espalhados por vários espaços, tendo já um deles sido afecto ao Ministério da Justiça e funcionando hoje como presídio, e os outros continuam na posse do Ministério da Defesa.

Um deles, o mais importante, o Quartel da Devesa, está localizado no centro da cidade, bem no seu coração, e apresenta hoje alguns sinais de deterioração. Colocando-se o problema da revitalização do centro da cidade, a decisão sobre a função futura desse espaço é determinante para se poder fazer o enquadramento harmónico porque, dada a sua importância e a sua vocação polivalente, é decisivo para o futuro do centro da cidade de Castelo Branco.

A minha primeira questão tem a ver com o futuro desse espaço e com ela pretendo saber se o Ministério da Defesa Nacional já determinou os fins a que o pretende destinar para, dessa forma, se poder fazer uma requisição do centro cívico de Castelo Branco.

A segunda questão tem a ver com os terrenos complementares a esse quartel, não localizados no centro da cidade mas nos seus limites, que de alguma forma condicionam também a expansão da cidade e os acessos rodoviários, dado estarem localizados em zonas de entrada e saída da cidade. Refiro-me concretamente ao Campo de Montalvão e à ex-Carreira de Tiro. Qual será o destino desses terrenos?

Por agora é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário da Defesa Nacional.

O Sr. Secretário da Defesa Nacional (Pereira Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro: Para responder à pergunta formulada seja-me permitido esclarecer previamente que o destino do património excedentário afecto à defesa nacional é, nos termos da lei, ou a sua reafectação a outro departamento do Estado, mediante compensação financeira, ou a alienação, que pode ser feita em hasta pública ou por cessão onerosa, quando o adquirente seja uma pessoa colectiva de direito público ou uma entidade particular de interesse público.

No processo de transferência da propriedade afecta à Defesa Nacional para outras entidades o Ministério da Defesa tem seguido o princípio de dar prioridade a outros serviços do Estado, depois às autarquias, às entidades de interesse público e finalmente a simples particulares.

No que diz respeito aos prédios militares a que fez referência situados em Castelo Branco — Quartel da Devesa (no centro da cidade), Campo de Montalvão e a Carreira de Tiro do Couto de Valongo — esses três prédios foram incluídos no Decreto-Lei n.º 151/94, de 26 de Maio, para alienação. Como tem sido prática no Ministério, de imediato se iniciaram dois procedimentos, um tendente ao seu registo na Conservatória do Registo Predial, que é condição prévia para efectuar a sua alienação, e, simultaneamente, iniciaram-se negociações com a Câmara Municipal de Castelo Branco para tentar apurar do seu interesse na obtenção desses três prédios militares.

No que diz respeito ao Quartel da Devesa e à ex-Carreira de Tiro, os registos estão efectuados e a alienação poderá ser feita. No que diz respeito ao Campo de Montalvão, no processo do registo surgiram quatro particulares reclamando a propriedade de parte desse campo militar, pelo que, de momento, esta questão está em tribunal e aguarda uma decisão judicial, não sendo possível ao Ministério da Defesa Nacional proceder à sua alienação.

No que diz respeito às negociações com a Câmara Municipal de Castelo Branco e quanto aos três prédios militares, a referida câmara manifestou, no início, o desejo de ficar com esses três prédios mas sem atribuir ao Ministério da Defesa qualquer compensação financeira, ou seja, desejava obter esses três prédios a título gratuito. O Ministério da Defesa Nacional fez saber à Câmara Municipal de Castelo Branco que isso não era possível e recentemente, em Julho deste ano, a autarquia fez saber ao Ministério da Defesa que, por dificuldades financeiras, não podia adquirir o Quartel de Devesa mas mantinha o seu interesse em adquirir, por um preço simbólico, a ex-Carreira de Tiro e o Campo de Montalvão.

Como referi, este não pode ser alienado, dada a querela jurídica sobre a sua propriedade, mas também não nos parece que seja possível alienar esses dois terrenos, que, em conjunto, fazem quase 300 000 m², por um preço simbólico como é pretensão da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Portanto, vamos continuar a discutir com a Câmara Municipal sobre se é possível encontrar um preço justo para a ex-Carreira de Tiro e para o Campo de Montalvão.

Quanto ao Quartel da Devesa, agora que a autarquia revelou o seu desinteresse e nos incita a proceder à sua alienação, o Ministério da Defesa Nacional estuda, neste momento, a possibilidade de efectuar a venda desse terreno através de uma hasta pública.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, para pedir esclarecimentos adicionais. Dispõe de dois minutos, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Sr. Secretário de Estado, gostaria que fosse mais preciso relativamente ao calendário previsto em termos de colocação em hasta pública desse terreno e quais são as condicionantes no que diz respeito à utilização futura desse terreno ocupado pelo chamado Quartel da Devesa.

Relativamente aos outros espaços, pelo que percebi, as negociações com a Câmara Municipal de Castelo Branco decorrem no que respeita à definição de, segundo as suas palavras, um preço justo. É assim?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para formular uma pergunta, o Sr. Deputado Marques Júnior, que dispõe de um minuto.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr. Secretário de Estado, creio que da alienação dos patrimónios há uma parte significativa, não sei qual é a percentagem, que reverte a favor do próprio ministério alienante e como V. Ex.^a falou — aliás, já noutros casos se tem falado nisso — num preço simbólico, desejava saber é o que é que isso significa em termos gerais.

Como é contabilizado esse preço simbólico? Sabendo que uma parte desta verba é destinada ao Ministério da Defesa; quem é que gera o preço simbólico?

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, são estas as perguntas que lhe foram formuladas, pelo que tem V. Ex.^a a palavra, para responder.

O Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começando pela última questão direi que as negociações feitas, quanto a preços, entre o Ministério da Defesa Nacional e eventuais interessados na aquisição de património do Estado afecto à Defesa Nacional que se tornou excedentário, são sempre submetidas à aprovação final por parte do Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral do Património do Estado, que é a entidade competente para avaliar o valor efectivo dos prédios em questão.

A minha referência ao preço simbólico foi devida ao facto de o presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco ter, em ofício de Julho deste ano, manifestado o interesse em adquirir a ex-Carreira de Tiro e o Campo de Montalvão pelo preço simbólico de um escudo por metro quadrado. É essa a sugestão que está na mesa e que foi formulada pelo referido presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. Consideramos que esse preço não é adequado, não é justo, e teremos de o negociar. Mas essa negociação terá de ser submetida a ratificação pelo Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral do Património do Estado.

No que diz respeito ao Quartel da Devesa e quanto às condicionantes, não nos cabe colocá-las, porque julgo que a Câmara Municipal tem, no plano director municipal e no plano de pormenor, definidas as utilizações ou o tipo de ocupação que é possível para esse terreno. O Ministério da Defesa Nacional apenas colocará esse terreno à venda em hasta pública, o qual tem algumas construções que, segundo a Câmara Municipal, não têm valor arquitectónico e que, portanto, serão para demolir.

Em termos temporais, não me posso comprometer com datas, pois estamos a estudar o assunto; porém, tratando-se de uma hasta pública, interessa que a alienação seja feita em condições de mercado que permitam que o Estado obtenha uma receita significativa. Estamos a estudar a questão e não me posso comprometer com qualquer calendário.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão a assistir neste momento à sessão alunos de duas escolas, do Colégio Monteffori, de Lisboa, e do Externato A Minha Escola, de Paço de Arcos.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, sobre regadios e caminhos colectivos, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Azevedo, dispondo de três minutos.

O Sr. Adriano Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio para 1994/99, para intervenções estruturais comunitárias, relativamente a Portugal foi aprovado o Programa Operacional de Modernização do Tecido Económico, no qual se inclui uma intervenção operacional para o sector agrícola. Nesta intervenção operacional, designada por PAMAF, Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal, definiram-se como prioritárias para o desenvolvimento da agricultura seis áreas de intervenção. Desses seis áreas, apenas me irei debruçar sobre uma, que é a das infra-estruturas agrícolas.

Nesta medida, as acções principais, que muita importância têm para as regiões do interior, são de dois tipos: o primeiro tem a ver com a beneficiação e regadios tradicionais e o segundo com os caminhos agrícolas e rurais. A estas duas acções podem-se candidatar, à primeira, as juntas de agricultores ou cooperativas de rega; à segunda, podem-se candidatar as associações de agricultores e também as autarquias. Depois, há aqui um processo de tramitação, que teve algumas *nuances*, tendo sido feitas algumas correcções já no tempo do Sr. Ministro.

Antes, os agricultores da zona envolvente requeriam ao Director Regional para se constituírem as chamadas juntas de agricultores e pediam, depois, o apoio financeiro para a beneficiação dos chamados regadios. A zona agrária fazia o reconhecimento da mancha agrícola a beneficiar e participava na eleição da própria junta de agricultores. Feito a ponto da situação e constatado que a beneficiação do regadio era viável, apresentava-se o dito regadio à consideração da unidade de gestão regional, para posterior aprovação. Logo que a unidade de gestão informasse da aprovação do regadio, era comunicado à junta de agricultores e esta, por sua vez, mandava elaborar um projecto de investimento que apresentava, em Setembro ou Outubro, para orçamentação.

Presentemente, verificam-se praticamente todas as mesmas prerrogativas, com esta *nuance*: podem apresentar agora esses mesmos projectos por iniciativa própria, em qualquer serviço do Ministério da Agricultura. Só que há uma diferença muito grande: é que esta aprovação e orçamentação do regadio, ou mesmo do caminho agrícola, vai com o projecto à frente; ou seja, é feita na Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, aqui em Lisboa, e

as Direcções Regionais da Agricultura e Zonas Agrárias não são ouvidas nem achadas no processo, com o inconveniente de, em muitos casos, os agricultores gastarem montantes elevados na elaboração dos estudos económicos e, depois, não vêm esse seu projecto aprovado.

Em 1996, não foram tidos em consideração alguns destes critérios. Sei, por informações que possuo, que, na Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral foram apresentados 31 projectos de regadios colectivos e apenas foram aprovados cinco; na zona agrária do Alto Dão/Lafões, foram apresentados 18, destes 31, e apenas foram aprovados três, sendo que, na região de Lafões, uma das principais regiões agrícolas do Alto Dão/Lafões, não foi contemplado um único regadio colectivo.

Assim, pergunto ao Sr. Ministro o seguinte: confirma estes dados, do número de projectos aprovados e, consequentemente, de reprovados? Se são verdadeiros, como penso, quais são os critérios e o porquê de serem tão poucos os projectos aprovados, depois de tanta espera — já lá vão dois anos —, para desespero dos agricultores?

Pergunto ainda se pensa o Governo reapreciar os projectos não aprovados nesta fase e por que razão não há ainda qualquer decisão conhecida sobre os projectos, nomeadamente de caminhos agrícolas e rurais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sei que é muito difícil «meter o Rossio na Betesga», mas peço aos oradores seguintes que vão cuidando de encurtar as perguntas, por forma a «caberem» dentro do tempo.

Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Gomes da Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que, quando recebi a indicação da pergunta que acabou de ser formulada fiquei um pouco perplexo porque a única indicação que recebi foi «novos regadios colectivos e caminhos rurais». Não havia nenhuma concretização sobre aquilo que se pretendia questionar e, perante matéria que é, de facto, bastante alargada, não sabia muito bem o que deveria trazer para poder responder em concreto.

Verifico agora que tinha alguma razão na minha perplexidade porque, nomeadamente quanto a uma das questões concretas, que é a de saber se confirmo ou não os números apresentados para duas áreas — a Beira Litoral e a zona de Lafões —, devo dizer que não tenho qualquer possibilidade de o confirmar ou não mas terei todo o prazer em, relativamente a esta questão concreta, elaborar um documento que permita, mais em pormenor, dizer o que se passa nessas duas regiões.

Em todo o caso, queria acrescentar que a afirmação de que as direcções regionais não são ouvidas nem achadas no processo não é inteiramente justa, na medida em que a Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, que é o organismo central do Ministério que se ocupa desta matéria, ouve as direcções regionais e trabalha com elas directamente. Acontece apenas que o trabalho que, eventualmente, poderia ser feito nas direcções regionais é, neste momento, realizado pelas entidades que requerem os projectos e que elaboram o seu documento com toda a liberdade, socorrendo-se dos técnicos que entendem mais bem colocados para poder elaborar um bom projecto.

Queria também referir que, em 1996 (e são estes os elementos de que posso dispor neste momento), foram aprovados, até 20 de Outubro, na acção que foi indicada globalmente, a chamada medida 1 do PAMAF, que inclui diversas componentes infra-estruturais, projectos no montante de subsídio aprovado de 9,5 milhões de contos, dividindo-se em: grandes regadios, 21 projectos; novos regadios colectivos, 16; beneficiação de regadios tradicionais, 75; reabilitação de perímetros de rega, 16; drenagem e conservação de solos, 16 projectos.

No que se refere a caminhos rurais em concreto, foi, em 1996, e será, em 1997, política do Ministério da Agricultura, dentro das restrições financeiras existentes e, portanto, das opções que devem ser feitas relativamente ao conjunto das medidas, dar prioridade aos projectos de rega incluídos neste conjunto, em detrimento de caminhos rurais. As verbas destinadas a caminhos rurais são menores, o número de projectos aprovados será menor e a nossa intenção é a de que sejam destinadas apenas àquilo que são efectivamente caminhos rurais e não tanto, como aconteceu anteriormente, a caminhos municipais, que foram financiados através desta verba.

Pensamos que a verba do FEDER pode dar um apoio ao financiamento de caminhos municipais e que as verbas do FEOGA devem ser resguardadas para os caminhos mais directamente ligados às explorações agrícolas.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Adriano Azevedo, António Martinho e Lino de Carvalho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Azevedo.

O Sr. Adriano Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostaria que pudesse confirmar os dados que aqui lhe transmitem porque, segundo o que o Sr. Ministro acaba de dizer, e são os números a nível nacional, de facto, estes números vêm reforçar a preocupação que eu tinha e penso que os agricultores da região da Beira Litoral mais preocupados irão ficar.

O Sr. Ministro diz que houve 75 projectos de regadio aprovados, fora as outras componentes ligadas a este mesmo sector, a nível nacional; ora, estes agricultores devem ficar muito preocupados porque na região da Beira Litoral apenas foram aprovados cinco — isto são números da própria direcção regional —, numa extensão agrícola dasquelas, o que, por si só, penso que não é muito correcto, até porque não se verifica um critério uniforme relativamente à aprovação dos projectos.

Aquilo que eu gostava de pedir ao Sr. Ministro era que, tendo-se feito cortes em termos dos caminhos agrícolas, pelo menos agora os agricultores fossem compensados na aprovação de projectos, uma vez que não há nenhum aprovado até à presente data, compensando-se, assim, esta região, particularmente, a região do Alto Dão/Lafões, que é muito carenciada em infra-estruturas deste género.

Era importante que esta uniformidade de critérios se verificasse e, como não se verificou nos chamados regadios colectivos, que agora os agricultores fossem compensados através dos caminhos agrícolas. Penso que isto é muito importante. Caso contrário, verifica-se um desrespeito total pela agricultura portuguesa e é impossível voltar a chamar a atenção dos jovens e dos agricultores jovens em particular para a sua fixação nas regiões do interior, que cada vez estão a ficar mais desertificadas, o que tem a ver com as condições que são criadas para o desenvolvimento do sector agrícola.

Por isso mesmo, penso que o Sr. Ministro devia dar orientações precisas para que quem é bastante prejudicado numas acções seja beneficiado noutras. Quando não há equilíbrio, pelo menos tenta-se compensar as partes através de outros mecanismos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, começo por lhe dizer que sou sensível ao argumento que o Sr. Deputado Adriano Azevedo acaba de usar, ou seja, é preciso criar condições para uma maior coesão económica dentro do próprio País e por isso também apelo ao Sr. Ministro que tenha presente esta realidade da sub-região de Lafões, neste quadro.

Aliás, Sr. Ministro, recordo — e recordo-o em público porque foi patente na Comissão de Agricultura, no debate do Orçamento do Estado para 1997 — um documento entregue em que se refere que a Beira Litoral teve aproximadamente 1,5 milhões de contos para regadios no Baixo Mondego. Ora, não podemos atribuir isto em termos de região da Beira Litoral, temos de o atribuir ao quadro de coesão, no conjunto, e assim estamos de acordo. Mas também, Sr. Ministro, é verdade ou não que, no Orçamento do Estado para 1996, o esforço do Governo na criação de condições de regadio foi uma opção, em cumprimento do Programa do Governo, bem explícita nesse orçamento?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a pergunta é sobre regadios e caminhos colectivos, de uma maneira genérica e, portanto, isso permite-me interpelar o Sr. Ministro sobre uma questão importante que tem a ver com a reabilitação dos perímetros de rega do Alentejo.

Como o Sr. Ministro sabe, os perímetros de rega no Alentejo estão aproveitados, em relação à área beneficiada, há muito tempo, a menos de 50 % das suas capacidades, pelas condições em que foram feitos, por razões de política fundiária e pela ausência de uma política agrícola adequada ao seu pleno aproveitamento. Ora, esta reabilitação é tanto mais necessária não só por que se trata de uma grande área a beneficiar mas também porque ela é o elemento potenciador do próprio empreendimento de Alqueva, que se vai realizar.

Nesse sentido, Sr. Ministro, independentemente de algumas verbas, aqui e além, para alguns dos perímetros, não temos visto ser aplicada uma política orientada com decisão para a reabilitação destes perímetros de rega e para a alteração dos sistemas culturais e a sua potenciação — no fundo, quase como unidade experimental para o futuro sistema de Alqueva. O que é que o Sr. Ministro tem a dizer-nos sobre esta matéria? Que políticas estão perspectivadas pelo Ministério para essa reabilitação e para que os perímetros de rega sejam postos ao serviço de uma agricultura nova e diversificada no Alentejo?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no que se refere ao comentário do Sr. Deputado Adriano Azevedo, não creio ter mais nada a acrescentar. Confirmei os dados logo que possa.

Em todo o caso, queria reafirmar que sou totalmente sensível ao problema das regiões do interior do País e, portanto, à necessidade de privilegiar, de alguma forma, essas regiões, no que diz respeito a este tipo de obras.

A Beira Litoral não é propriamente uma região do interior do País e penso que, afí, teríamos de fazer algo mais no que diz respeito à zona de Trás-os-Montes e Beira Interior. A zona Lafões é uma zona de transição e, no que se refere a estas zonas, a nossa preocupação tem sido efectivamente, dentro das disponibilidades financeiras existentes, dar oportunidade àqueles empreendimentos a que faltam pequenas obras para que entrem efectivamente em funcionamento, no sentido de que os investimentos feitos possam ter uma rentabilidade o mais imediata possível. É isso que vamos procurar continuar a fazer.

Relativamente ao esforço do Orçamento para 1996, é um facto que corresponde a uma prioridade do Programa do Governo, que este Orçamento reflectia claramente.

Quanto à reabilitação dos perímetros de rega do Alentejo, Sr. Deputado Lino de Carvalho, estou inteiramente de acordo consigo. Este é, efectivamente, um problema que nos preocupa e não só quanto aos perímetros de rega do Alentejo mas de uma maneira geral, pois são muitas vezes obras que têm muitos anos de executadas e estão em estado de utilização deficiente por degradação da própria obra.

Devo dizer que, durante o ano de 1996, fizemos a aprovação de 16 projectos, num montante de 1,8 milhões contos de subsídio.

Concretamente no que se refere ao Alentejo, consideramos que, na obra integrada do perímetro do Alqueva e, portanto, na operação integrada de desenvolvimento de Alqueva, que será o suporte para o estabelecimento da barragem e do resto da obra de regadio do Alqueva, deverão ser incluídas algumas componentes de beneficiação de perímetros que poderão exactamente constituir pólos experimentais para o desenvolvimento do regadio no Alentejo. Estamos a preparar trabalho nesse sentido e, relativamente às obras a realizar, vamos incluir já em 1997 alguma obra de reabilitação de perímetros de rega do Alentejo.

No entanto, não quero deixar aqui qualquer dúvida ou ilusão sobre o problema: o custo da reabilitação dos perímetros é bastante elevado e, portanto, há algumas dificuldades do ponto de vista financeiro para ocorrer a todas as necessidades da reabilitação dos mesmos. Aliás, lembro que, quando fui director do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura, em 1976, já nessa altura, o problema da reabilitação dos perímetros de rega se colocava. Entretanto, passaram perto de 20 anos e, infelizmente, apesar de todas as verbas que foram despendidas na agricultura portuguesa, não se ocorreu a este problema, que é, indiscutivelmente, um problema de rentabilidade imediata fundamental.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro da Agricultura, sobre a plantação de eucaliptos na serra de Montemuro, concelho de Arouca, distrito de Aveiro, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, para o que dispõe de três minutos.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, a invasão dos eucaliptos em Portugal tem sido uma constante na política florestal dos sucessivos governos, atitude que este Governo não faz questão de alterar.

O que aqui trazemos hoje, concretamente a encalipitização da serra de Montemuro, freguesia de Alvarenga, concelho de Arouca, distrito de Aveiro, é mais um exemplo daquilo que se está a passar de norte a sul do País.

Esta é uma região com grandes potencialidades de diversidade e de desenvolvimento, de uma beleza paisagística magnífica, como pude, aliás, constatar em visita ao local. De Arouca a Alvarenga distam 20 km, por uma estrada com uma paisagem perfeitamente monótona — tudo eucaliptizado! Manchas contínuas de eucaliptos! Nada escapou, desde o ponto mais baixo do vale até ao cume das montanhas!

As plantações de eucaliptos ocupam já 25% da área total do concelho de Arouca e 70% da área total da freguesia de Alvarenga e, na ganância das celuloses, Sr. Ministro, neste caso concreto da Portucel, nem o local do Bustelo, na serra de Montemuro, escapou, uma zona que é riquíssima em termos de água, de nascentes que abastecem toda a freguesia, uma zona de pastagem do gado arouquense. E, para cúmulo, foi um dos locais identificados como Biótopo Corine e — imagine-se! — um dos sítios indicados para integração na Rede Natura 2000, que se pretende que sejam sítios onde se assegure a biodiversidade de espécies de fauna e flora, o que, como o Sr. Ministro bem sabe, é perfeitamente incompatível com a plantação intensiva e extensiva de espécies de crescimento rápido.

Sr. Ministro, que as celuloses ajam assim, sem olhar a meios para atingir os seus fins, já não admira. Agora, que a Direcção-Geral de Florestas e o Ministério da Agricultura, que deveria ter em conta o ordenamento do espaço florestal e que é a entidade que autoriza estas plantações de eucalipto, também o faça, isso é que é perfeitamente inadmissível e veementemente condenável.

O problema é que o Ministério da Agricultura, através da Direcção-Geral de Florestas, autorizou mesmo esta plantação de eucaliptos na serra de Montemuro. Fê-lo já ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 175/88, uma vez que a plantação de eucaliptos, como já referi, ultrapassava já os 25% do território do município, nos termos da portaria n.º 513/89.

Cumpre-me realçar que a população daquele local se manifesta contra esta plantação, assim como as associações de defesa do património e ambiente e a junta de freguesia. O estudo de impacte ambiental considerou o projecto deficiente, com um impacte fortemente negativo e cumulativo, e o Ministério do Ambiente deu parecer negativo. Mas, mesmo assim, a Direcção-Geral de Florestas autorizou a eucaliptização do local!

Porém e certamente por saber o atentado ecológico que se cometia ao avançar com o projecto da Portucel, porque a situação era deveras escandalosa, ao autorizar, a Direcção-Geral das Florestas impôs algumas condicionantes. Ora, o que acontece é que a Portucel inicia a plantação sem respeitar os condicionantes minimizadores do impacte do projecto e a Direcção-Geral de Florestas, que foi tão

pronta a autorizar a plantação, não tem agora prontidão rigorosamente nenhuma na fiscalização das condicionantes que impõe, o que lhe compete pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 175/88.

Concretamente, o Ministério da Agricultura, que deve zelar pelo ordenamento dos espaços agro-florestais, pelo equilíbrio e diversidade da floresta, permite-se passar por cima de todos os pareceres negativos da junta de freguesia, do estudo de impacte ambiental e do Ministério do Ambiente, quando até nas Grandes Opções do Plano realça a necessidade de articulação da acção com o Ministério do Ambiente. O que é que leva, concretamente, o Ministério da Agricultura a autorizar este projecto da Portucel de plantação de eucaliptos na serra de Montemuro? Como é que o Ministério da Agricultura impõe condicionantes para a concretização do projecto e não as fiscaliza, permitindo que não sejam respeitadas?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: — Sr. Presidente, Sr. Deputada Heloísa Apolónia, perante a forma da sua pergunta, muito bem colocada, e perante alguns dos adjetivos utilizados, quem não conheça bem a realidade poderá supor que estamos diante a plantação de umas centenas de hectares de eucaliptos.

O caso concreto que foi referido traduz-se numa plantação de 8 ha. Mas mais: na área florestal do concelho de Arouca, de 20 900 ha, existem 12 300 ha de eucalipto — um pouco mais dos 25% indicados.

A legislação portuguesa que condiciona a plantação do eucalipto está publicada apenas desde 1988. E, numa mancha de 12 300 ha existentes no concelho de Arouca, desde que a legislação condicionante foi publicada, foram plantados 668 ha de eucalipto. Tudo o resto já lá estava muito antes de qualquer legislação regulamentadora.

No que se refere, concretamente, ao problema dos 8 ha, devo referir que, para a plantação, existia um parecer favorável da Câmara Municipal de Arouca e que o parecer negativo do Ministério do Ambiente foi entregue no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas fora de prazo. Ora, há um prazo legal para decidir sobre estes projectos, o decurso do qual, se não se tiver obtido qualquer resposta, leva à aprovação automática do projecto. O que a Direcção-Geral de Florestas, à data, Instituto Florestal, fez foi exactamente não permitir que houvesse de uma aprovação automática do projecto por falta de resposta e deu uma resposta condicionada, fortemente condicionada, ao projecto apresentado, e, atendendo à área de 8 ha numa mancha de 12 300 ha, considerou que era preferível tratá-lo desta forma do que permitir que ele fosse aprovado por não resposta, em virtude da maneira como tinha sido apresentado.

Possuo referir em particular o que se passou quanto às condicionantes levantadas pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, mas não creio — e sou o primeiro a ter a maior das preocupações relativamente a uma plantação generalizada de eucalipto ou de qualquer outra espécie, na medida em que se vai claramente contra a biodiversidade a defender — que 8 ha de eucalipto nesta mancha tenham qualquer espécie de impacte ambiental especial ou de prejuízo acrescido.

Para concluir, vou mencionar um ponto que não queria, de forma alguma, deixar passar despercebido. Estou totalmente de acordo com a referência que foi feita ao problema da fiscalização. Não tinha conhecimento de que houvesse qualquer problema quanto a este projecto, pelo que vou de imediato mandar verificar o que se passa e darei informação à Sr. Deputada da resposta que obtiver.

O Sr. Presidente: — Estão inscritos, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs. Deputados Heloísa Apolónia e António Martinho.

Sr. Deputada Heloísa Apolónia: tem a palavra. Dispõe de dois minutos e serei intransigente.

A Sr. Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, gostaria, em primeiro lugar, de manifestar a minha grande preocupação pela afirmação que acabou de fazer de que não crê que mais 8 ha de eucalipto vão ter qualquer impacto negativo na região.

Sr. Ministro, na minha exposição inicial tive a preocupação de fazer a caracterização do local. Então, num local com estas características, inclusive com potencialidades de biodiversidade e desenvolvimento, o Sr. Ministro considera que mais 8 ha, e depois mais 8 ha, e depois mais 8 ha, não representam rigorosamente qualquer problema?!

O Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: — São só os primeiros oito!

A Oradora: — Pois é! São os primeiros oito, Sr. Ministro, mas mais 8 ha, e mais 8 ha e mais 8 ha é que têm feito a quantidade que neste momento aquele concelho, nomeadamente aquela freguesia, enfrenta em termos de extensão de eucaliptização. Sr. Ministro, nem que fosse mais 1 ha, porque a lei é clara: depois dos 25% da área total eucaliptizada, nem mais 1 ha. O processo é rigorosamente o mesmo, a preocupação é rigorosamente a mesma.

Sr. Ministro, não estava à espera de que fizesse essa afirmação, mas deixou-me deveras preocupada quanto a ela.

No que toca ao desconhecimento sobre a fiscalização, essa é mais uma preocupação que nos deixa. A Junta de Freguesia de Alvarenga já alertou por diversas vezes o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas relativamente à falta de fiscalização. Não sei o que se passa no seio deste Ministério, mas os serviços não estão, de facto, a funcionar bem, Sr. Ministro, e por isso também convém que tenha alguma preocupação relativamente a essa matéria.

Sr. Ministro, em relação ao facto de a Câmara Municipal de Arouca ter dado um parecer positivo, na verdade, foi ela a única entidade a fazê-lo. Permita-me concluir que a Câmara Municipal de Arouca não está a zelar pelos interesses da população e da região. Não tire precisamente a conclusão contrária, quando todas as entidades que referi, entre elas a junta de freguesia, as associações de defesa do património e ambientais, o estudo de impacte ambiental e o Ministério do Ambiente têm precisamente uma opinião contrária.

Quanto ao facto de o Ministério do Ambiente ter dado o seu parecer tardivamente, creio que esta é mais uma afirmação preocupante. Então, pelo facto de o Ministério do Ambiente ter dado o seu parecer fora de horas, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pes-

cas permite-se fazer este atentado ambiental, nomeadamente, tendo em conta que se trata de um parecer que nem vinculativo é?!

Para terminar, Sr. Ministro, quero dizer-lhe o seguinte: de facto, o Ministério do Ambiente tinha o projecto em mãos desde Novembro de 1995 e só deu o parecer em Fevereiro de 1996. Mas isto não pode ser desculpa para se avançar com este atentado ambiental.

Quero apenas dizer mais uma coisa: a articulação entre os ministérios do Governo do PS começa a ser tão preocupante como era no governo do PSD. E, Sr. Ministro, estou a falar para todo o Governo e não parcialmente para o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas ou para o Ministério do Ambiente. Se calhar, Sr. Ministro, seria bom conversar com a Sr.ª Ministra do Ambiente, porque ela fez, há tempos, uma afirmação, a propósito da ponte do Montijo, dizendo que tinha perfeita confiança nos seus colegas, apesar de os seus pareceres não serem vinculativos.

Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, convém ter em atenção esta questão da articulação entre Ministérios, que é de facto preocupante. Não nos vamos desculpando assim por estes verdadeiros atentados ambientais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem mesmo de agradecer, Sr.ª Deputada, porque foi uma presidência amiga...

Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho, que dispõe de um minuto.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, temos consciência que estamos numa região — Monchique/vertente de Alvarenga — em que as condições climatéricas são totalmente diferentes das de Trás-os-Montes, por exemplo, e refiro esta região para comparar «guerras» de eucaliptos, pois no meu distrito, há anos, foi bem patente a defesa da não eucaliptização. Estamos numa zona com pluviosidade muito maior, que foi percorrida por incêndios, pelo que se trata de um caso de reflorestação, mas o Sr. Ministro esclarecerá se assim é, e trata-se de uma área tão pequena como a que o Sr. Ministro já referiu.

No entanto, quero constatar que o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas teve uma intervenção, criou condicionantes e cumpriu a lei.

O Sr. José Calçada (PCP): — Cumpriu o quê?!

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Cumpriu?!

O Orador: — Sr. Ministro, é preciso não esquecer que se trata de uma área privada, pois a área florestal nacional é privada em mais de 80%. Assim, pergunto: que outros apoios pode o sector florestal auferir, por parte do Governo, por exemplo, para investigação, com vista a uma adequação das espécies florestais às zonas em que se pretende fazer reflorestação?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, volto a afirmar que não tenho conhecimento pessoal dessa situação — foi isso o que eu disse. E, Srs. Deputados, façam-me justiça e reconheçam que não é possível um ministro ter conhecimento de tudo o que se passa dentro do seu Ministério, ao pormenor de saber se há lá uma reclamação da Junta de Freguesia de Alvarenga — até pode ser que exista na Direcção-Geral das Florestas.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Mas tem de zelar pela fiscalização!

O Orador: — Com certeza que tem de zelar, e zela, pela fiscalização. E a prova de que zela é que já lhe disse que, assim que chegar ao meu ministério, vou saber se existe ou não alguma reclamação e vou mandar proceder à fiscalização.

Volto a reafirmar que se tratava de um projecto que, numa área total de 17 ha, se propunha plantar 12,5 ha de eucaliptos e que, de acordo com a reformulação imposta pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, se transformou numa plantação de 8 ha apenas — e continuo a insistir no «apenas» —, com restrições do ponto de vista da protecção da própria mancha florestal. Portanto, continuo a reafirmar que o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da Direcção-Geral de Florestas, à data, Instituto Florestal, cumpriu, de acordo com o que a lei lhe permite, aquilo que deveria efectivamente fazer.

Quanto ao problema da articulação entre os ministérios, é um problema que o Governo procurará resolver, mas, naquele caso, foi considerado que seria a melhor decisão relativamente ao que poderia acontecer, pelo facto de não haver qualquer resposta ou de se protelar uma decisão, cujo prazo legal tinha terminado.

O Sr. Presidente: — Antes de passarmos à pergunta seguinte, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que tem urgência em ser apreciado e votado.

O Sr. Secretário (José Reis): — Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Caminha, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias emitiu parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Carlos Tavares (PS) a prestar declarações, como testemunha, em processo que se encontra pendente naquele tribunal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Passamos, agora sim, à quarta pergunta, sobre a entrada em funcionamento das novas instalações da Escola Superior de Medicina Dentária e da Escola Superior de Ciências do Desporto, da Universidade do Porto, que será formulada pelo Sr. Deputado José Calçada, do Grupo Parlamentar do PCP, e respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

Tem a palavra, por três minutos, o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, a minha pergunta é muito simples e tem a ver com o seguinte: somos diariamente confrontados com sucessivos estrangulamentos, por vezes inexplicáveis, no âmbito do sistema educativo. Há aqueles que aparentemente são de difícil solução e para os quais há necessidade de tempo e de alguns passos mais ou menos gradualistas, mas outros há que, particularmente no nosso país, num país com graves dificuldades no domínio económico e financeiro e em que a gestão das verbas tem de ser extremamente cuidadosa, nos parecem particularmente chocantes.

É o caso, em nosso entendimento, do que se passa, neste momento concreto, com as Faculdades de Medicina Dentária e de Ciências do Desporto e Educação Física, da Universidade do Porto. E por esta razão muito simples: o novo edifício, aliás, excelente, que está pronto há dois anos, já começa a denunciar algumas situações de degradação, e de degradação por não estar ocupado. Os alunos continuam amontoados em pavilhões pré-fabricados, que foram considerados provisórios, há vinte anos atrás; o equipamento aí existente já lhes oferece, hoje, graves dificuldades, mesmo no domínio da formação, e não é passível de substituição, uma vez que não faz sentido, se estão à espera de ir para a nova faculdade, introduzir novos equipamentos na faculdade velha, que, depois, dificilmente seriam transferíveis ou com alguns prejuízos apenas para as novas, e o novo edifício continua por ocupar.

No caso da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, a situação é semelhante, com uma agravante circunstancial, se me permite: é que o edifício está pronto há sensivelmente um ano e meio e até já foi inaugurado pelo ex-Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva. Isto é, o edifício abriu para a inauguração e fechou passadas algumas horas, julgo. O edifício também aguarda equipamento e os alunos da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, como o Sr. Secretário de Estado sabe, estão dispersos por cinco edifícios na cidade do Porto, ou melhor, por cinco locais diferentes dentro da cidade do Porto, o que lhes causa graves problemas, desde logo, a nível da simples deslocação física e, logo a seguir, no domínio da formação.

Assim, a minha pergunta muito simples é esta: com a consciência de que esta situação é herdada — mas, como todas o são, este argumento não faz sentido, se me permite dizer-lhe, desde já —, o que é que, pela parte que lhes cabe, o Governo e o Ministério da Educação tencionam fazer ou em que medida tencionam contribuir, no sentido de, uma vez por todas, desbloquear esta situação, isto é, provocar, pura e simplesmente, a abertura destas duas faculdades, equipando-as e transferindo para lá os seus alunos?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra, por três minutos, o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior (Jorge Silva): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Calçada, efectivamente os dois edifícios de que a Universidade do Porto e os seus estudantes vão passar a dispor para a Faculdade de Medicina Dentária e para a Faculdade de

Ciências do Desporto e Educação Física são — e corroboro a sua afirmação — duas excelentes construções.

A questão da sua não utilização, ainda neste momento, deve-se apenas a, na parte que respeita à Faculdade de Medicina Dentária, só agora, terem sido efectuados os contratos para um reforço de equipamento necessário — e, como sabe, esta faculdade tem uma enorme exigência em termos de equipamento, porque são equipamentos específicos e pesados. Portanto, estou em condições de lhe poder garantir, através do reitor da Universidade do Porto, de que a mudança se efectuará em Janeiro.

Evidentemente, ainda falta fazer os arranjos exteriores. Mas a questão dos arranjos exteriores desta faculdade — e isto passa-se também um pouco com a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física — tem a ver com situações que não estão completamente acertadas com a Câmara Municipal do Porto, porque o traçado do Metro do Porto passa por esta zona. E como estamos mesmo a tentar negociar uma estação para este polo universitário, não fazia sentido avançar com os arranjos exteriores sem termos uma definição desse traçado — e, além disso, sem termos uma definição das contrapartidas da Câmara em termos de arranjos exteriores, uma vez que não será apenas um espaço da Universidade do Porto.

Posso acrescentar que, relativamente à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, nós, na medida 4.4 do PRODEP, autorizámos mais um investimento de 250 000 contos, em acréscimo àquilo que a faculdade entendia como o mínimo necessário para exercer a sua actividade docente e formativa, para fazer infra-estruturas desportivas exteriores, que são, no fundo, aquelas infra-estruturas cobertas que a própria faculdade tem.

Há, pois, aqui um acréscimo de infra-estruturas a céu aberto, digamos, para o que a universidade dispõe agora de mais 250 000 contos. Esta faculdade também entrará em pleno funcionamento em Janeiro. Neste caso particular, os concursos foram abertos e está-se em fase de consignação da obra.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs. Deputados José Calçada, Eurico Figueiredo e Carlos Coelho.

Tem a palavra, por dois minutos, o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, devo dizer-lhe que foi com particular satisfação que ouvi a sua resposta. Sendo certo que somos — e gosto muito de acentuar esse aspecto —, antes de tudo e institucionalmente, Deputados nacionais, não sou muito dado, excepto em termos institucionais, a questões de «regionalismos». Sou, no entanto, sensível, como não posso deixar de ser, já que fui eleito pelo círculo eleitoral do Porto, a estas questões ligadas ao Porto.

Ouvir o Sr. Secretário de Estado dizer — e é bom que o tenha dito tão claramente, porque podia ter dito, por exemplo, que as faculdades vão abrir proximamente, sendo que este «proximamente», particularmente em Portugal, tem sempre um sentido muito longínquo — que as faculdades vão abrir em Janeiro — e espero que queira referir-se, evidentemente, a Janeiro de 1997, porque não disse o ano.

Risos.

Mas, para além desta precisão, de algum modo dispensável, quero dizer ao Sr. Secretário de Estado que esta nossa preocupação não é abstracta e advém de uma visita concreta que eu e o meu camarada João Amaral fizemos, no âmbito do meu grupo parlamentar, a várias faculdades da cidade do Porto.

Por exemplo, na Escola Superior de Medicina Dentária do Porto, a grande preocupação dos professores e dos directores era esta: eles até foram muito modestos no equipamento que propuseram para a facultade e é verdade o que o Sr. Secretário de Estado acabou de dizer, que se trata de equipamentos pesados, não tanto quanto ao peso mas, sim, quanto ao custo, porque são muito sofisticados; eles tiveram o cuidado de, entre 400 000 e cerca de um milhão de contos para o mesmo equipamento, ficar numa situação intermédia, de alguma sensatez. Mas essa situação também os preocupava, porque havia uma outra insensatez que estava a atrasar um pouco as coisas, que era o problema da definição, de uma vez por todas, do traçado do metro de superfície do Porto e, nesse quadro, o problema das infra-estruturas e dos arranjos exteriores.

Quero, portanto, alertar o Sr. Secretário de Estado para que isso não seja um pretexto — no bom sentido, evidentemente — para novos atrasos, que, de todo, seriam intoleráveis. E penso que o Sr. Secretário de Estado corroborará este meu entendimento.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Figueiredo.

O Sr. Eurico Figueiredo (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, é certo que, como Deputado, represento todos os portugueses, mas também é verdade que a contínua emigração dos transmontanos e dos seus quadros para o resto do País obriga a que a minha atenção política esteja virada sobretudo para a defesa dos interesses de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A verdade é que a Universidade do Porto é a minha escola, porque aí sou professor catedrático; o meu coração está com a cidade do Porto, a minha inteligência está também com a defesa dos interesses desta cidade, por isso surpreendente seria que, falando-se de interesses vitais para a qualidade e dignidade da Universidade do Porto, eu não interviesse neste debate, realçando e reforçando a posição do Sr. Deputado José Calçada e, sobretudo, neste momento, congratulando-me com aquilo que o Sr. Secretário de Estado veio aqui dizer.

De facto, o Sr. Secretário de Estado veio dizer que estas duas faculdades, que vão prestigiar a Universidade do Porto, cuja qualidade profissional e universitária conheço, como universitário que sou, vão estar prontas em Janeiro de 1997. Congratulo-me por isso e felicito o Sr. Secretário de Estado. Como pessoa confiante, que apoia incondicionalmente este Governo, tenho de dizer que tenho a certeza de que, a partir do próximo ano, este problema vai ser resolvido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, tenho sido defensor da valorização deste instituto de perguntas ao Governo e, portanto, não pareceria bem que, aproveitando a presença

de V. Ex.^a nesta Câmara, não tentasse alargar um bocadinho a matéria que foi colocada originariamente pelo Sr. Deputado José Calçada.

Ele falou sobre a Escola Superior de Medicina Dentária do Porto, mas julgo saber também que há a necessidade de melhoria e alargamento da Escola de Medicina Dentária de Coimbra, por isso quero perguntar, em primeiro lugar, ao Sr. Secretário de Estado em que situação é que está este processo, ou seja, se há investimentos previstos a curto prazo, no sentido de a beneficiar e de a alargar.

Em segundo lugar, Sr. Secretário de Estado, por um lado, aparece nas preocupações do Governo o reforço da democratização do acesso ao ensino superior e o seu alargamento, mas, por outro, pareceu existirem, já no Orçamento do Estado de 1996 — e, brevemente, vamos discutir o Orçamento do Estado para 1997 —, algumas limitações ao investimento, que impediram de dar total consequência a esse objectivo.

Gostaria, por isso, de perguntar a V. Ex.^a quais são, na sua previsão para o ano de 1997, as novas instalações e os novos investimentos promovidos pela Secretaria de Estado do Ensino Superior que contribuam para o alargamento das oportunidades de acesso ao ensino superior por parte dos estudantes portugueses.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Calçada, a questão dos arranjos exteriores não é impeditiva do pleno funcionamento das instalações e, portanto, naturalmente que, durante algum tempo, as instalações irão funcionar sem os arranjos exteriores efectivados, o que poderá trazer alguma incomodidade aos utentes, mas não será por isso que as boas instalações não serão utilizadas em pleno a partir de Janeiro, como foi garantido pela Universidade do Porto.

No que se refere ao Sr. Deputado Eurico Figueiredo, quero dizer-lhe que, relativamente à Universidade do Porto, independentemente destas duas obras, este Governo pôde já aprovar e autorizar — e aproveito para, em simultâneo, responder também ao Sr. Deputado Carlos Coelho — uma grande obra, que é a Faculdade de Engenharia do Porto. Trata-se de uma obra que tem um valor de adjudicação inicial de cerca de 7 milhões de contos e por aí também se faz a expansão do ensino superior.

Sr. Deputado Carlos Coelho, relativamente à questão do investimento no Orçamento do Estado para 1997, se me permite, teremos, a muito curto prazo, no debate sobre o Orçamento, quer na generalidade, quer na especialidade no sector da educação, boas oportunidades de discutirmos essas questões.

Como estamos a falar do Porto, gostava de lhe dizer que o Porto terá a sua Faculdade de Engenharia, que, seguramente, honrará não apenas a Universidade do Porto mas todo o País, porque é uma universidade de engenharia que, pela sua dimensão e pelas suas características, vai servir, seguramente, todo o País.

Relativamente à Escola de Medicina Dentária de Coimbra, estamos a fazer um esforço para terminar ambas as Escolas de Medicina Dentária de Lisboa e do Porto. Porque, como também já foi aqui referido, o investimento feito em 1996, já por este Governo, foi muito significativo em termos de equipamento. Para esse efeito, no Porto, reforçámos a verba para equipamento em 160 000 contos e esse esforço terá de ser prosseguido no próximo ano,

uma vez que estas faculdades têm necessidades muito específicas de equipamento e têm uma relação de docência e de ocupação de espaços a nível de equipamento muito apertada relativamente à relação docente/discente/equipamento.

Estamos, portanto, preocupados em colocar as duas instituições — a do Porto e a de Lisboa — nas melhores condições e, depois, voltar-nos-emos, seguramente, para a de Coimbra.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a próxima pergunta será formulada pelo Sr. Deputado Paulo Neves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e refere-se aos investimentos a realizar na rede ferroviária da linha do sul e regional do Algarve. Será respondida pelo Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves.

O Sr. Paulo Neves (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, mais vezes do que seria desejável, identificámos a política de transportes com as infra-estruturas rodoviárias. Esta situação só encontra justificação pelo protagonismo que, nesta área, sempre se quis evidenciar no passado. Protagonismo excessivo que levou à estagnação na definição de uma verdadeira política integrada de transportes, que incluísse as vertentes ferroviária e portuária e que contribuisse, efectivamente, para um desenvolvimento sustentado da economia dos transportes e das regiões do nosso país.

De entre todos, foram os investimentos nas infra-estruturas e na exploração dos serviços ferroviários do sul do País que mereceram um maior esquecimento e abandono, fazendo com que, hoje, seja necessário um esforço muito superior para se vencer o atraso estrutural de décadas neste sector e para que se adeque às necessidades actuais de transportes de mercadorias e de passageiros em termos competitivos com outros meios de transporte.

Sr. Secretário de Estado, a rede principal dos caminhos-de-ferro portugueses liga, a sul, a cidade do Barreiro a Évora e a Faro, onde se desenvolvem redes complementares e secundárias de interesse regional, em que os investimentos públicos se tornam fulcrais e são urgentes, para que se atenuem o desequilíbrio manifestado da quota de mercado dos transportes ferroviários com o módulo rodoviário, que, neste momento, já significa mais de 90% no transporte de passageiros e 70% na captação do transporte de mercadorias no nosso país.

Sendo que o esforço do PIDDAC, na área da ferrovia, irá somar, em 1996 e 1997, mais de 250 milhões de contos, é fundamental saber que acções, que prioridades irão ser tomadas para recuperar a competitividade em segurança e conforto da exploração comercial ferroviária do sul do Tejo, essencialmente na linha Lisboa/Faro.

Por isso, regozijamo-nos com a instalação da linha férrea na travessia do Tejo, mas perguntamos se, afinal, este investimento apenas vai servir como linha suburbana, de ligação de Lisboa à outra margem, continuando, como estava previsto, os passageiros da linha do sul a ter de fazer o transbordo para outras composições, para poderem atravessar a ponte sobre o Tejo quando vierem do Algarve.

Regozijamo-nos com o anunciado período de pré-candidaturas para o concurso de electrificação e sinalização da linha do sul, que, numa primeira fase, fechará o itine-

rário de Granéis, entre o porto de Sines/Ermidas-Sado/Setil, até à central do Pego e depois também às minas de Neves Corvo, por ser fundamental para as economias dessas regiões e fazer a integração da política de transportes com a actividade produtiva e transformadora em termos competitivos. Mas por isso mesmo pensamos que seria de continuar o investimento e adequá-lo, para ser rentabilizado, no transporte de passageiros até Faro. Caso contrário, pergunto: que composições usaremos de Lisboa até Ermidas e no restante percurso até Faro? Serão composições a Diesel ou eléctricas, com composições tradicionais ou introduzem-se os comboios pendulares, de forma a permitir fazer ainda a ligação à cidade do Porto?

Para terminar e sobre a linha regional do Algarve, Lagos/Tunes e Faro/Vila Real de Santo António, é importante saber se este Governo já decidiu sobre a opção que vai tomar: manter a circular as composições adquiridas na década de 50, com as locomotivas mais antigas da CP que, para atingir a velocidade máxima, levam quase 10 minutos, consumindo três vezes mais combustível do que as mais recentes e com uma manutenção que custa 10 vezes mais, ou pensa também aqui investir para rentabilizar a exploração do módulo ferroviário.

Estou certo de que também aqui se cumprirá o objectivo de optar pela modernização do serviço, como até agora tem sido opção política deste Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Guilhermino Rodrigues): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Neves, dado o número de questões ser bastante vasto e ter apenas 3 minutos para responder, vou tentar fazê-lo telegraficamente.

Começo por referir que a linha do sul, actualmente entendida, é a linha Barreiro/Tunes/Faro e engloba também, numa parte do seu percurso, o itinerário dos Granéis, que é fundamentalmente dedicado ao transporte de mercadorias.

No que diz respeito aos investimentos da linha do sul, diria que eles são neste momento fundamentalmente motivados e canalizados para um troço comum da rede dos Granéis, que é a linha dedicada a passageiros, e visam no essencial a modernização do troço entre Pinhal Novo e Funcheira. Neste momento, os investimentos nesta linha são à volta de 6 milhões de contos e destinam-se fundamentalmente à sua electrificação, sinalização e telecomunicações, o que permitirá, de alguma forma, a sua modernização. Este troço, que é comum a mercadorias e a passageiros, tem uma grande incidência no serviço prestado tanto a passageiros como a mercadorias, mas, neste caso, ele é ainda muito motivado para o transporte de mercadorias na linha dos Granéis, ou seja, na ligação Sines/Pego e na da Auto Europa/Setúbal e também das Minas de Moncorvo para Setúbal.

Assim, neste momento os investimentos são canalizados para aqui exactamente pela sua incidência nos dois segmentos, tanto no de passageiros como no de mercadorias.

Outra questão que me é colocada tem a ver com a linha Norte/Sul, o eixo Norte/Sul. Ora bem, o que está previsto a prazo é que a linha do sul seja feita entre Lisboa/Rêgo e Faro, integrando nesta parte o troço do eixo ferro-

viário Norte/Sul que está actualmente em construção. Ainda não há decisões definitivas sobre esta matéria, mas o previsto é que, para que isto possa ser competitivo, ou seja para que a ligação ao Algarve, a partir do centro de Lisboa, possa ser competitiva com os módulos de transporte concorrentes, o avião e o autocarro, o percurso deverá ser feito em duas horas e meia/três horas.

Nesta margem pensamos que há competitividade da ferrovia em relação aos módulos de transporte e que esta poderá vir a captar tráfegos. Há já investimentos que estão a decorrer, fundamentalmente no eixo Norte/Sul, no valor de 60 milhões de contos para o próximo ano, que, no fundo, são 25 milhões de contos para o reforço da ponte 25 de Abril e 35 milhões de contos para as obras complementares.

Portanto, a prazo, prevê-se que o trajecto Lisboa/Algarve possa ser feito em duas horas e meia/três horas. No entanto, ainda não está totalmente definido o tipo de material circulante a utilizar, mas uma das hipóteses, que pode vir a minimizar o investimento, é a utilização de pendulação activa,...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que termine, pois já ultrapassou o tempo regimental.

O Orador: — ... que também permitirá fazer a ligação directa Porto/Algarve com os mesmos tipos de comboios.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado. V. Ex.^a terá oportunidade de completar a resposta aquando das respostas aos Srs. Deputados Paulo Neves, Macário Correia, Nuno Abecasis, José Calçada e Agostinho Moleiro, que se inscreveram para pedir esclarecimentos adicionais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves, que dispõe, para o efeito, de 2 minutos.

O Sr. Paulo Neves (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, aproveito a oportunidade da sua presença aqui no Hemiciclo porque, como Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Faro, como é óbvio, não posso deixar passar o facto de o Sr. Secretário de Estado, por falta de tempo evidente, não ter conseguido responder à parte que tem a ver com a linha regional do Algarve exclusivamente.

Essa matéria preocupa-me por, de todas, ser, com certeza, aquela que pode apresentar maiores potencialidades de desenvolvimento futuro desde que haja investimentos, o que até agora, de todo, não têm acontecido, em favor da região e das linhas Lagos/Tunes e, depois, Faro/Vila Real de Santo António. Nesse sentido, Sr. Secretário de Estado, vou dar apenas dois ou três exemplos na área das mercadorias, do que a CP perde, neste momento, no Algarve por falta de investimento claramente associado a esta questão.

Das minas de sal-gema, em Loulé, saem precisamente cerca de 20 camiões TIR/dia, que não usam a linha férrea por não haver esse investimento do ramal até às minas.

Uma empresa cimenteira, a CIMPOR, importa o combustível, carvão neste caso, da África do Sul, que vai até Sines, por via marítima, mas, depois, irá aproveitar os investimentos que estão a ser feitos no porto de Portimão, não indo utilizar, outra vez, a ferrovia.

O aeroporto de Faro é mais um caso evidente. Sai, pelo menos, um barco de dois em dois dias do porto de Sines

para abastecer o depósito de combustível em Faro, que, depois, abastecerá o aeroporto de Faro. Penso que a área das mercadorias é uma área fundamental, que o Sr. Secretário de Estado aproveitou para integrar, em relação ao circuito dos transportes de granel, e que, por isso, justifica a electrificação, precisamente, do porto de Sines, Neves Corvo e Setil. Portanto, penso que aqui é importante em termos de desenvolvimento.

Em termos de passageiros, dou só dois exemplos, Sr. Secretário de Estado: a linha entre Faro e Olhão e as paragens. Neste momento, vou dar-lhe o exemplo do apeadeiro de Alvaledo. No princípio do século os comboios da CP paravam em Alvaledo, localidade habitada; neste momento, tal não se justifica porque afi não vive rigorosamente ninguém. Por outro lado, quanto à linha entre Faro e Olhão, há 30 autocarros por dia mas a CP tem um comboio às 17 horas e 30 minutos, que não se coaduna com as necessidades das populações.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Bem lembrado!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, por tempo não superior a um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, num minuto, colocar-lhe-ei duas perguntas breves. A primeira prende-se com uma preocupação relativa à ligação Lisboa/Algarve que, apesar de relacionada com o Ministério a que pertence, não será da sua tutela directa. Hoje, tendo sido suscitada a questão do caminho-de-ferro, é também ocasião para formular um pedido de esclarecimento a propósito da ligação rodoviária.

Este ano, três membros do Governo pronunciaram-se de modo distinto acerca da data em que ficará concluída essa ligação por auto-estrada: um falou em 1999, outro, no ano 2000 e, outro ainda, referiu-se a uma data anterior. Ora, fiquei sem saber quando tal ocorreria porque não sei qual deles fala verdade.

Depois, em relação à ferrovia, ouvi alguns autarcas e especialistas em transportes pronunciarem-se sobre uma opção técnica mas gostava de conhecer a opinião do Governo a respeito da viabilidade ou não do metro ligeiro de superfície, aproveitando a infra-estrutura ferroviária remodelada que, no troço central do Algarve tem maior utilização urbana, ou seja, entre Faro, Olhão e Tavira e, eventualmente, Albufeira.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, por tempo não superior a um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o Sr. Deputado Paulo Neves colocou marginalmente uma questão sobre a manutenção de locomotivas. Isso trouxe-me à ideia uma estrutura importantíssima existente no Barreiro com aptidão tecnológica muito evoluída que, tanto quanto soube, estava em curso de desactivação. Sucede, porém, que essa oficina faz a manutenção de locomotivas exactamente iguais às do caminho-de-ferro de Angola e de Moçambique. Sempre me pareceu que podia ser uma instalação preciosa para a cooperação desejável entre a CP e os caminhos-de-ferro de Moçambique e de Angola, até como reforço da viabilização da CP mas com vantagens evidentes e muito reais em

termos de cooperação para o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro em África.

Sabe o Sr. Secretário de Estado se essa hipótese foi encarada ou se, mais uma vez, vai desactivar-se um activo de altíssimo valor nacional e até internacional?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, por tempo não superior a um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, estas coisas da rodovia e, particularmente, da ferrovia no que concerne o Alentejo, levam-me sempre a pensar que a natureza e, no fundo, a deriva dos continentes foi extremamente feliz e pródiga para com o Alentejo. Imagine o Sr. Secretário de Estado que, na deriva dos continentes, o Algarve tinha ficado ao norte do Alentejo, o que, em bom rigor, em termos de placas tectónicas, não era impossível. Se tal tivesse sucedido, e ainda bem que não, Sr. Presidente (quero comunicar com a Câmara esta minha emoção), o Alentejo não possuiria provavelmente uma estrada e, então, ferrovias, era coisa que, de todo em todo, para os seus habitantes as conhecerem, teriam de ir, pelo menos, ao Fogueteiro.

Esta introdução que, só aparentemente revela bom humor, Sr. Secretário de Estado, serve para perguntar-lhe qual é a sua ideia em termos de linhas do sul. Tenho à minha frente um mapa sobre essa matéria, que, suspeito, até foi publicado num órgão de comunicação social, onde posso ler, a vermelho, «linhas encerradas no Alentejo», que, apesar de serem muitas, não foram os senhores que as encerraram; a azul, «linhas que podem vir a ser exploradas por sistemas ligeiros tipo metro de superfície ou que podem fechar», ou seja, trata-se daquelas que podem fechar se não forem exploradas de outra maneira, e, finalmente, «linhas a manter», e estamos perante um erro porque deveria ser «linha a manter».

Sr. Secretário de Estado, isto é intolerável. O Alentejo não pode existir em termos ferroviários só porque, ao sul, por força da tal deriva, se encontra o Algarve, o que deixo à sua consideração.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, por tempo não superior a um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Moleiro.

O Sr. Agostinho Moleiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, qual o seu entendimento face à hipótese de, paralelamente à melhoria da linha do sul, ser também incrementada a linha que passa pelo interior alentejano, nomeadamente a que vai do Barreiro a Vendas Novas, Casa Branca, Beja e Funcheira? É evidente que esta linha serve o interior dos dois distritos mais ao sul do Alentejo, Évora e Beja, bem como as minas Neves Corvo, em alternativa.

Um outro aspecto a que quero referir-me e que me foi transmitido pelos utentes alentejanos diz respeito à falta de coordenação entre o horário dos barcos e dos comboios ou vice-versa. Também importa falar na qualidade das carruagens do intercidades que, de facto, divergem pouco, excepto no preço, das do inter-regional e, finalmente, da insegurança sobretudo nos comboios nocturnos em relação aos idosos e às mulheres.

Por último e porque a Administração anterior se esqueceu, deixando-as degradarem-se, quero referir-me às chamadas casas de guarda, casas de passagem de nível, que

foram abandonadas e que, como património nacional, deviam ter sido conservadas. Espero que este Governo o faça, uma vez que o anterior não o soube fazer. Trata-se de património nacional pelo que é preciso devolvê-lo às populações, o que poderá ser conseguido através de uma acção social que pode ser fundamental.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente, começo por responder ao Sr. Deputado Paulo Neves, cujas perguntas respeitantes à linha regional do Algarve coincidem, de certa forma, com as colocadas pelo Sr. Deputado Macário Correia. Como é sabido, no futuro, a linha do sul passará a constituir uma ligação entre Lisboa e Faro, o que faz pensar na utilização que vão ter os ramos marginais de Tunes para Lagos e de Faro para Vila Real de Santo António.

Actualmente, é verdade que o comboio apresenta, em relação à rodovia, vantagens competitivas em muitos dos trajectos e, nalguns deles até, o percurso em caminho-de-ferro demora metade do tempo gasto pelo autocarro. No entanto, devido à qualidade do serviço prestado pelo caminho-de-ferro, a quota de mercado é baixíssima e os comboios são pouco frequentados.

Julgo que se põe o problema de o serviço não estar adequado às necessidades da procura porque esta é muito dispersa e a utilização de material circulante da ferrovia clássica não é adequado aos níveis de procura. Portanto, como a ligação acaba por fazer-se duas vezes por dia, tal significa que a ferrovia não é frequentada por ninguém enquanto que os autocarros têm uma frequência muito elevada. Penso que está a ser equacionada, neste momento, a aplicação de uma tecnologia ferroviária ligeira com capacidades adequadas aos níveis da procura, o que, de facto, poderá vir a tornar as ligações regionais competitivas face à rodovia.

Esse estudo está a ser feito em ligação com as câmaras municipais, com a CCR e com a universidade no sentido de serem apuradas as soluções mais adequadas a este serviço, que ainda não foram encontradas. Está a ser prevista a utilização de uma tecnologia ferroviária ligeira que possa adequar-se às características da procura no Algarve. Pensamos também que, se o serviço tiver alguma regularidade e qualidade, poderá vir a ganhar alguma quota de mercado ao sector rodoviário e se, por acaso, houver uma colaboração mesmo ao nível da exploração entre o sector público e privado, então, penso que o serviço ferroviário será naturalmente competitivo em relação à rodovia.

No que respeita à ligação Norte/Sul, perguntou-me que tipo de material circulante vai ser utilizado na linha do sul. Diria que, neste momento, estão a ser equacionadas diversas hipóteses de entre as quais se põe a de se utilizar os comboios pendulares, desde Braga até Faro. Tal implica, de facto, um conjunto de investimentos que estão a ser equacionados e que se prendem com algumas correcções de traçado e com alguma técnica nalguns pontos da linha de modo a permitir o cruzamento de comboios. Também neste domínio o que lhe digo é que, face aos investimentos necessários, está em estudo qual a melhor solução pois podemos investir ou na infra-estrutura ou no comboio. Daí que haja que analisar a melhor solução. No entanto, repito que, neste momento, tudo indica que a

melhor solução seja a da utilização de comboios pendulares, até porque isso vai permitir o trajecto Braga/Faro na mesma composição.

Relativamente às mercadorias, todo o esforço que está a ser feito é no sentido de potenciar a linha dos Granéis. Portanto, há alguns mercados que já foram referidos, tal como, por exemplo, o do sal-gema, o do abastecimento ao aeroporto de Faro e, no Alentejo, o transporte de mármores entre Estremoz e Vila Viçosa, que são potenciais clientes do caminho de ferro e que, embora já tenham sido clientes, neste momento não o são. Portanto, tentaremos melhorar esta ligação no sentido de vir a captar novamente aqueles tráfegos.

O Sr. Deputado Macário Correia colocou-me uma questão à qual não posso responder porque não sei na medida em que a matéria que abordou não é assunto que esteja a ser tratado pela Secretaria de Estado que tutelo e, para além disso, não está no âmbito da pergunta inicial que foi apresentada.

O Sr. Deputado Nuno Abecasis colocou a questão de saber se está em curso a desactivação da estrutura do Barreiro. Respondo-lhe que, neste momento, com a electrificação, o número de locomotivas Diesel tem vindo a diminuir e, devido às necessidades de manutenção destas, o seu número diminui necessariamente. Ou seja, há, de facto, um decréscimo da actividade no que diz respeito ao material Diesel decorrente da modernização e da electrificação da via.

Na verdade, as oficinas do Barreiro e todas as outras que trabalhavam com material Diesel estão actualmente a ser sujeitas a uma adequação da respectiva estrutura às necessidades resultantes da modernização da via.

Penso que a sugestão que fez é boa. Aliás, creio que há contactos de algumas empresas ligadas à CP, como a Fernave, com países africanos de expressão portuguesa — Moçambique e Angola — no sentido de incrementar a cooperação sobretudo quanto à recuperação dos respectivos caminhos de ferro. Portanto, repito que considero que o Sr. Deputado fez uma boa sugestão que transmitirei de bom grado à CP e à própria Fernave no sentido de analisarem as perspectivas possíveis de uma maior cooperação entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Secretário de Estado, como sabe, as locomotivas de Angola e de Moçambique, principalmente as utilizadas no transporte de minérios, são fabricadas pela Sorefame. É por isso que me lembrei que pode ser extremamente útil estabelecer esses contactos pois aqueles países estão a reactivar todo esse equipamento.

O Orador: — O Sr. Deputado José Calçada colocou-me a questão de saber quais são as perspectivas relativamente à linha do Alentejo. Respondo-lhe que em termos do plano de investimentos para o próximo ano está prevista uma verba de cerca de 1 milhão de contos.

O Sr. José Calçada (PCP): — Refere-se a qual linha?

O Orador: — Partindo do princípio que se entende a linha do Alentejo como sendo o traçado que passa por

Barreiro, Pinhal Novo, Vendas Novas, Casa Branca, incluindo os ramais para Beja e para Évora, é para esta linha que está previsto um investimento de cerca de 1 milhão de contos no próximo ano.

Este itinerário que referi tem pouca procura sob o ponto de vista de passageiros. Poderá dizer-me que o serviço não é bom mas respondo-lhe que não é bom porque não há passageiros. Ora, a CP tenta adequar o nível de oferta ao da procura e, portanto, há aqui um círculo vicioso que é preciso quebrar.

O Sr. José Calçada (PCP): — Que é preciso quebrar fazendo linha!

O Orador: — Eu não diria «fazendo linha» mas antes melhorando o serviço no sentido de se captar alguma procura.

Os investimentos que vão ser feitos nesta linha no próximo ano justificam-se ainda por uma outra razão. É que para haver uma exploração mais intensiva da linha do Sul no futuro será necessário que se mantenha a linha do Alentejo que, para além de servir esta região, funcione também como um *by-pass* para alguns comboios de mercadorias, isto é, que possa vir a ser potenciada pela circulação de comboios de mercadorias. Tudo vai depender dos tráfegos que esta linha conseguir captar na área do Alentejo. Como referi, sabemos que há clientes potenciais a nível dos mármores e não só, pelo que vamos estudar quais os fluxos de tráfego potenciais que esta linha poderá vir a captar a fim de se definir uma estratégia para o futuro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à última pergunta que vai ser formulada pelo Sr. Deputado Macário Correia e será respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a minha pergunta é extremamente simples e já foi formulada dezenas de vezes por inúmeros autarcas, ao longo do último ano. O Governo ensaiou várias respostas mas nenhuma delas responde de facto à pergunta formulada.

A pergunta é muito simples. Quando o Partido Socialista fez a sua campanha eleitoral difundiu um documento que foi lido e votado por todos os portugueses que fala taxativamente na explícita «duplicação em termos reais da percentagem dos recursos financeiros transferidos do Orçamento do Estado para as autarquias locais».

Ora, este Governo já é responsável por dois orçamentos numa legislatura em que apresentará um total de quatro, se tudo correr normalmente, e, até agora, as transferências efectuadas para as câmaras municipais aumentaram menos de 10% em termos reais — e aqui utilizo a linguagem expressa no próprio Programa de Governo. Significa isto que falta transferir 90% nos próximos dois anos.

Tendo em conta que muitas outras promessas feitas também não foram cumpridas, fica no ar uma grande interrogação quanto a saber se haverá generosidade bastante para, nos dois anos que faltam, ocorrer esse aumento de 90%.

E o que é facto é que não foi só o programa eleitoral que o previu, vários documentos e declarações posteriores sustentaram a mesma afirmação. Aliás, num dado momen-

to, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Primeiro-Ministro encontraram-se e, curiosamente, desta vez, ambos sustentaram publicamente a mesma interpretação do que foi dito na reunião — coisa que não aconteceu nos últimos dias em relação a outros casos — e os jornais publicaram, como título: «duplicação». A palavra duplicação manteve-se e não foi desmentida!

Para coroar esta convicção, o Deputado Jorge Lacão, e outros — é assim que o diploma está apresentado —, trazem ao Parlamento um projecto de lei que visa aumentar em 50% as verbas previstas para os autarcas das freguesias. Pese embora o esforço do Governo em convencê-los de que estavam a fazer mal as contas, eles estiveram aqui na semana passada e, apesar de o Partido Socialista ter orquestrado o aparelho, segundo eles, para que os seus autarcas não viessem cá, alguns deles vieram, falaram pela verdade e passaram alguns atestados — matéria em que são competentes — de incompetência aos membros do Governo que fizeram promessas e não as cumpriram.

Confesso que fiquei chocado com o facto de ver eleitos, representantes das populações, nas escadarias de um lugar nobre, a Assembleia da República, passando atestados de incompetência a membros do Governo. É algo que nos toca fundo e, naturalmente, ninguém pode ser insensível a este gesto de falta de credibilidade imputado a membros do Governo.

Esta é a razão e o desconforto em que me encontro porque, por um lado, estou perante populações que querem mais obras, mais benefícios e melhoramentos e não compreendem por que razão o Governo não cumpre as promessas e, por outro, perante um Governo que fez promessas que reafirmou mas que não cumpre. É este o dilema em que me encontro enquanto Deputado, perante eleitores e ministros que se sentem enganados e querem saber,...

O Sr. Paulo Neves (PS): — O Sr. Deputado é que está enganado!

O Orador: — ... de fonte segura, afinal qual a razão por que foram enganados!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (José Augusto Carvalho): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Macário Correia, esta é uma questão já estafada, sem qualquer conteúdo inovador.

Vozes do PS: — Estafada não, estafadíssima!

O Orador: — Sobre ela, direi que ninguém enganou ninguém.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, no que respeita à alegada duplicação sem aumento de despesa pública na execução da lei-quadro de atribuições e competências, cuja proposta o Governo proximamente submeterá a esta Câmara, devo dizer que o nosso mandato ainda não chegou ao fim e, por isso, há que alimentar a expectativa de que o Governo vai cumprir aquilo que, no fundo, é uma justa

aspiração da generalidade dos autarcas e, julgo, da generalidade dos Srs. Deputados e dos membros do Governo. Refiro-me a uma reforma descentralizadora que, obviamente, pressupõe uma transferência significativa de atribuições da administração central para a administração local.

Vamos ter tempo de provar que isso é exequível, e não só: serve a causa da reforma do Estado e da reforma da Administração Pública.

A Sr.º Natalina Moura (PS): — Muito bem!

O Orador: — No que respeita às freguesias, efectivamente existe uma expectativa de maior participação destas no FEF corrente. Como se sabe, este fundo é repartido entre as freguesias e os municípios, logo se uns têm uma maior participação, os outros hão-de ter uma menor participação; se entre duas pessoas que repartem um determinado valor uma delas vai ter uma maior parte, é óbvio que a outra ver-se-á afectada nessa repartição. É aqui que está a dificuldade do problema.

Quando se criou a expectativa de uma maior participação das freguesias no Fundo de Equilíbrio Financeiro, imediatamente se concluiu que essa maior participação não poderia significar uma menor participação dos municípios. Daí a proposta, já presente nesta Assembleia, de operar esse reforço de participação nas receitas do Estado a transferir para as autarquias, sem prejuízo do que é transferido para os municípios. Sendo assim, como é óbvio, essa transferência tem de implicar um maior esforço das finanças do Estado, esforço esse que terá de ser doseado no tempo. É nesse sentido que vai a nossa proposta, para que algo aconteça de concreto em 1997 e 1998.

Algum desfasamento temporal não me parece essencial na concretização deste processo, pois o que importa é que ele, efectivamente, tenha a sua concretização. Agora, não é menos importante analisarmos a evolução das transferências no ano de 1996, que está em curso, e no de 1997, em conformidade com o projecto de Orçamento do Estado. Ora, nesse domínio, é indescritível um acréscimo de 20%, de 1995 para 1997, das transferências para a globalidade das finanças locais e, no caso específico das freguesias, verificamos um acréscimo de 51% — em 1995 receberam 13 milhões de contos e em 1997 estão previstos 20 milhões de contos. Isto não é relevante? Não dá um sinal claro de que algo está a mudar, em termos concretos, no plano dos factos e não apenas no plano da retórica?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos adicionais, para além do Sr. Deputado Macário Correia, os Srs. Deputados Jorge Rato, José Calçada, Gonçalo Ribeiro da Costa e Duarte Pacheco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, quero confessar que fiquei decepcionado com a sua resposta, porque pensei que teria alguma nova argumentação que nos deixasse mais serenos. O que nos disse foi que o Governo estava a alimentar as nossas expectativas, mas nós não «comemos» expectativas! A população não se alimenta de expectativas mas, sim, de coisas reais, concretizadas através de obras, de melhoramentos e de recursos financeiros. Assim, alimen-

tar a expectativa e desfazê-la temporalmente, como disse, é algo que não nos diz nada.

Devo dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que não há uma alegada promessa mas uma promessa real de duplicação. Por outro lado, criar comissões de trabalho, com a experiência que temos de alguma Administração Pública, é uma forma de ir reflectindo, ao longo dos anos, sobre algo que era tão claro numa campanha eleitoral há ano e meio atrás! Então falava-se de uma duplicação real e concreta naquele horizonte.

O que nos preocupa é haver um diploma assinado por Srs. Deputados do Partido Socialista — receio que muitos deles estejam a corar de vergonha ao reconhecerem as suas próprias assinaturas — ,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não, não!

O Orador: — ... onde se pode ler que há um aumento de 15% nas verbas do FEF para as freguesias, ou seja, passa-se de 10 para 15%, o que significa um aumento de 50% no Orçamento do Estado para 1996!

O Sr. Paulo Neves (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Já estamos a falar do Orçamento do Estado para 1997 e ainda se mantêm os 10%! Ou seja: 10% em 1995, 10% em 1996 e 10% em 1997! Os Srs. Deputados devem estar envergonhados, repito, porque escreveram neste diploma uma verba de 15%!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Leia as folhas todas!

O Orador: — Sr. Presidente, alguns Srs. Deputados não permitem que os colegas usem da palavra!

Por outro lado, os senhores fazem algo que é contra as regras democráticas e transparentes porque, em vez de preverem um aumento de dotação para as freguesias através de regras públicas e transparentes, de critérios isentos e imparciais, criam um «saco azul» para fazer campanha eleitoral!

O Sr. Paulo Neves (PS): — Essa agora!

O Orador: — Ou seja, mantêm os 10%, tal como constava de lei há muito tempo, e criam um «saco azul» para fazerem os vossos contratos-programa e a vossa campanha, que distribuem segundo critérios político-partidários, não aprovados por lei nem pela Assembleia da República!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Fazem-no para dar resposta a um anseio dos vossos autarcas, reunidos em Coimbra há algumas semanas atrás, que pretendiam 10 milhões de contos para a campanha eleitoral nos concelhos onde o PS tem presidências. Isto foi dito publicamente e significa o despudor em política, porque com dinheiro público não se fazem essas coisas!

O Sr. Paulo Neves (PS): — Estão a cumprir a Lei das Finanças Locais!

O Orador: — Aprendam e tenham vergonha, quando olharem para este projecto.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Rato, que dispõe de 1 minuto.

O Sr. Jorge Rato (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, porque sou novo nesta Casa, perguntei aos meus colegas de bancada se o Deputado Macário Correia também era novo nesta Casa, porque eu, no lugar dele, coraria de vergonha já que o governo que apoiou nunca cumpriu a Lei das Finanças Locais...

Aplausos do PS.

... e agora vem colocar esta questão hipocritamente e com pouca honestidade intelectual!

Sr. Secretário de Estado, a questão que quero colocar tem a ver com o facto de terem sido ditas aqui algumas inverdades, nomeadamente em relação à postura da Associação Nacional de Freguesias contra a posição do Governo. Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Macário Correia que, se calhar, convinha fazer algumas contas, porque, se as fizesse, concluiria que, com a actual Lei das Finanças Locais, e para a cumprir — coisa que os senhores não fizeram —, o aumento de 5% do FEF para as freguesias significaria um aumento de 128,3 milhões de contos de transferências do FEF, dos quais 7 milhões seriam para as freguesias e 121,3 milhões seriam para os municípios. Isto, cumprindo a lei, conforme estamos a fazer e vamos continuar a fazer, ao contrário de outros.

A pergunta que quero fazer ao Sr. Secretário de Estado, e penso que é o verdadeiro cerne da questão, tem a ver com o seguinte: o conceito de duplicação das transferências para as autarquias locais, em quatro ou cinco anos, apesar do aumento significativo que o Sr. Secretário de Estado acabou por referir, deve-se fundamentalmente à alteração das atribuições e competências e, a par disso, a uma nova Lei das Finanças Locais. Portanto, o que gostaria de saber era se, de facto, o Governo está preparado para apresentar os diplomas relativos a essas matérias à Assembleia, no decurso de 1997.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território teve a gentileza, e devo dizer que o fez bem, de nos lembrar que devemos distinguir entre factos e retórica. Nada mais rigoroso!

Risos do PS.

Mas, então, vamos a factos e a retórica ou a factos ou retórica, porque o problema reside exactamente nesta classificação.

Risos do Deputado do PSD Carlos Coelho.

O PS, enquanto oposição, levou todo o tempo a exigir que se inscrevesse no Orçamento do Estado a verba destinada a compensar as autarquias por isenções ou reduções de sisa, aliás, conforme obriga a própria lei.

O Sr. Paulo Neves (PS): — Isenções fiscais!

O Orador: — Outro facto ou outra retórica, porque, repito, o problema situa-se nisso: o PS, enquanto oposição, no período pré-eleitoral, e até no Governo, disse também que era preciso inscrever no Orçamento do Estado uma verba destinada a compensar novas isenções ou reduções da contribuição autárquica. Estranhamente, ou talvez não — e daí a dificuldade que temos em estabelecer fronteiras entre factos e retórica, mas como, pelos vistos, o Sr. Secretário de Estado é especialista na matéria certamente nos ajudará a fazer essa distinção —, no Orçamento do Estado não aparecem já não sei se os factos ou se a retórica prometidos pelo PS, enquanto oposição, enquanto Governo, na qualidade também já não sei se de factos ou de retórica.

Agradecia que nos esclarecesse esta questão, porque é uma angústia!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa, informo que o Sr. Deputado Macário Correia usará da palavra, no final do debate, para exercer o direito regimental de defesa da consideração em relação à intervenção do Sr. Deputado Jorge Rato.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa.

O Sr. Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, estamos aqui a tratar de financiamento e de receitas das autarquias locais, o que me faz lembrar o caso da sisa e da contribuição autárquica.

Soubemos, recentemente, pela comunicação social, que o responsável pelo seu Ministério anunciou que a sisa e a contribuição autárquica, que, actualmente, são receitas dos municípios, passariam a ser receitas das futuras e hipotéticas regiões. Assim, a pergunta que lhe faço é a seguinte: como é que o Governo compatibiliza o que anunciou com o compromisso assumido aqui, na Assembleia da República, já este ano, no sentido de que iriam iniciar-se, de imediato, os estudos para a abolição da sisa, a qual se concretizaria em 1997?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Paulo Neves (PS): — Leia as Grandes Opções do Plano! Está lá a resposta!

O Sr. Presidente: — Por último, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostaria de lhe colocar três questões, de forma muito sintética.

Em primeiro lugar, relativamente à duplicação, pode haver mudança de retórica por parte do Sr. Secretário de Estado e dos membros do Governo mas a verdade é o que está escrito e, de acordo com o que está escrito, pelo menos, parecia ser intenção do Governo a duplicação em termos reais das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as autarquias locais...

O Sr. Paulo Neves (PS): — Não é verdade!

O Orador: — ... e as transferências de verbas do Orçamento do Estado em termos reais, isto é, para as mesmas competências, retirando a inflação. Esta é que é a

verdade! Ora, em face daquela que é hoje a prática do Governo, esta promessa não vai ser cumprida no prazo desta legislatura, vão ser necessários 13 anos para esse efeito.

De qualquer forma, agora, os senhores apresentam uma *nuance* que me remete para a segunda pergunta que pretendo fazer. Os senhores dizem que irão cumprir a promessa, mas também vão levar novas competências para as câmaras municipais e isso irá suceder brevemente. Não foi isso que nos disse o Sr. Ministro João Cravinho na Comissão de Economia, quando referiu que as novas competências e todo esse pacote estaria dependente do processo de regionalização, para podermos saber quais as competências e atribuições definitivas das novas regiões, e só depois se poderia passar a essa fase. Se assim for, sendo verdade aquilo que o Sr. Ministro nos disse, então, isso não está para breve, teremos de esperar pela regionalização — se o resultado do referendo for favorável à regionalização —, o que significa que iremos esperar muitos e longos anos até que esse processo esteja, finalmente, concluído.

A terceira pergunta que lhe faço tem a ver com o seguinte: para além da questão financeira, os senhores fizeram outras promessas, nomeadamente as isenções e a compensação pelas isenções, bem como o fim da retenção de parte do FEF para pagamento dos gabinetes de apoio técnico, mas hoje, após dois Orçamentos do Estado, tudo isso foi esquecido. Assim, gostaria de saber se, afinal, é mesmo para esquecer ou se há intenção de alterar aquilo que consta do Orçamento do Estado de acordo com o que foi prometido pelo vosso partido.

O Sr. Presidente: — Para responder às perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Macário Correia, se bem entendi, fez alusão ao facto de não integrarmos uma verba extraordinária para as freguesias no FEF, ao abrigo dos mecanismos normais da Lei das Finanças Locais, e de estarmos a preparar-nos para a tratar, em termos de «saco azul», com discricionariedade.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Sr. Deputado, perdoar-me-á, mas, certamente, não leu o texto da proposta de lei do Orçamento do Estado,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Leu, mas não entendeu!

O Orador: — ... que é claro ao estabelecer que essas verbas são para distribuir segundo os mesmos critérios de distribuição daquela verba que, ao abrigo da Lei das Finanças Locais, vai directamente para cada uma das freguesias, sem qualquer variância ou alteração. Os critérios são escrupulosamente os mesmos e tudo isso é publicado no *Diário da República*, sob a forma de portaria. Portanto, haverá uma portaria de distribuição dessas verbas, a qual será operada segundo os mesmos critérios dos anteriores 10% do FEF que são processados através da Lei das Finanças Locais. E o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu que não era possível outro procedimento! Integrar esta verba no FEF, sem a alteração da Lei das Finanças Locais, era incompatível, uma vez que o cálculo do FEF não é decisão discricionária de ninguém, é automático e

não admite *nuances*. Parece-me que isto é claro! Por isso, falar em despudor, em critérios político-partidários... Ó Sr. Deputado, o senhor e a sua bancada deveriam ser os últimos a falar em despudor e em critérios político-partidários!... E um dia poderemos discutir isso!...

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado Jorge Rato, a propósito das transferências, perguntou se o Governo se compromete a apresentar aqui, em 1997, as respectivas propostas de lei. É claro que sim, Sr. Deputado, temos todas as condições para, no decorso do ano de 1997, podermos apresentar aqui, no Parlamento, as respectivas propostas.

O Sr. Deputado José Calçada falou nas isenções e na não compensação. Sr. Deputado, como é óbvio, este Governo não tem condições para, numa interpretação muito ampla e extensiva, cobrir todo um quadro imenso de isenções que foram decretadas por quem nunca teve intenção de as compensar. Agora, há um princípio que assumimos: novas isenções, por iniciativa legislativa deste Governo, serão, como é óbvio, escrupulosamente compensadas.

O Sr. José Calçada (PCP): — Esse é o entendimento restritivo, o outro é alargado!

O Orador: — Essa é a sua conclusão.

O Sr. José Calçada (PCP): — Não é só minha!

O Orador: — O Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa fez alusão aos compromissos nos domínios da sisa e da contribuição autárquica. Eu não posso confirmar nem desmentir o que acabou de aludir, permito-me apenas fazer referência ao que consta da Lei do Orçamento do Estado para 1996, onde, aí sim, há um compromisso inequívoco do Governo no sentido de promover um estudo, quer no âmbito da sisa quer no âmbito da contribuição autárquica, em ordem às reformulações que sejam julgadas por convenientes.

Quanto ao mais, esta Assembleia, que, aliás, tem competência reservada, não deixará de tomar as opções que tiver por convenientes. O que há, isso sim, e vai ser assumido, é o estudo da reformulação em sede contribuição autárquica e de sisa.

O Sr. Deputado Duarte Pacheco perguntou-me o que significam transferências em termos reais. Sabe tão bem como eu o que significam termos reais e termos nominais, não distorça o sentido desta expressão. Aliás, não se trata de aumentar as transferências do FEF mas, isso sim, de aumentar ou duplicar as transferências globais do Orçamento do Estado e reafirmo que isso operar-se-á, simultaneamente, com a execução da lei-quadro, no contexto das transferências de atribuições da administração central para a administração local. O cumprimento ou incumprimento desse objectivo político tem de ser visto no contexto da presente legislatura, no contexto temporal, digamos assim, do mandato que nos foi conferido.

Falou também das retenções. Apercebeu-se, com certeza, que já na nossa proposta de lei de Orçamento do Estado para 1996 algo de muito significativo aconteceu em termos de retenções. Hoje em dia, não há mais retenções impostas aos municípios do que no passado. As retenções decorrem ou de dívidas ao fisco, à segurança social, de cumprimento de decisões judiciais ou, então, de actos livremente acordados com os municípios.

Falou-me do caso específico, pouco relevante em termos financeiros, da comparticipação para os encargos de pessoal dos gabinetes de apoio técnico. Isso está assumi-

do, essa não é, seguramente, uma questão relevante no contexto das finanças municipais.

O Sr. Presidente: — Para defesa da consideração, tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, dirijo-me em particular ao Sr. Deputado Jorge Rato, que se auto-intitulou novo Deputado, coisa que eu não seria, nas suas palavras.

Confesso-lhe que há algum vocabulário e alguma ética que aprendi nos anos que já levo nesta Casa, que não são muitos nem poucos, são os suficientes para ter aprendido algumas regras elementares de boa educação, que, reputo, são tradição de todas as bancadas nesta Casa. Nunca ouvi ninguém chamar hipócrita a um qualquer colega, seja no quadro da política parlamentar ou fora dela, sem ter razões para isso, e mesmo que as tenha, deveria utilizar o vocabulário mais adequado e aquele que é comumente aceite pelos portugueses e que se ensina nas escolas às nossas crianças, aos nossos filhos, e não outro.

O Sr. Deputado entende que houve hipocrisia da minha parte. Pergunto-lhe apenas o que entende por um conjunto de assinaturas de colegas seus num diploma datado de Dezembro de 1995 — e que seria uma lei, se fosse aprovado, e só não o foi porque não pediram o seu agendamento, decorrido que é um ano desde a sua apresentação —, que define, num artigo, que as freguesias passarão a ter 15% do FEF como receita directa. É caso para perguntar se não há hipocrisia de quem, por um lado, escreve, apresenta e assina um projecto de lei que refere que as freguesias passarão a ter 15% do FEF como receita directa e, por outro, nada mais faz senão manter, em dois Orçamentos do Estado subsequentes, 10% do FEF. E eu é que sou acusado, nas suas palavras, de ser hipócrita! Peça-me desculpa, se tem coragem de o fazer.

Em segundo lugar, devo dizer que se consultar os *Diários da Assembleia da República*, verificará que, durante o debate do Orçamento do Estado para 1995, a sua bancada declarou que havia eleitoralismo da parte do governo de então por ter 1,7 milhões de contos inscritos para contratos-programa com autarquias. Os senhores da bancada do Partido Socialista criticaram severamente o governo de então. O Sr. Deputado não estava cá, mas consulte esses documentos e diga-me o que é que significa para si uma verba três vezes maior do que essa, o triplo, isto é, 5,3 milhões de contos no Orçamento do Estado para 1997, que é um ano de eleições autárquicas!

O senhor acusou-me de hipócrita. O seu partido fez uma declaração grave quando se propôs 1,7 milhões de contos para os contratos-programa em 1995; agora, são 5,3 milhões de contos — e o senhor chama-me hipócrita. Peça-me desculpa, se tem coragem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não é uma questão de coragem, é de dignidade!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Rato.

O Sr. Jorge Rato (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Macário Correia, começo por lhe dizer que, no Grupo Parlamentar do PS, trabalhamos em equipa, pelo que todos esses documentos que referiu são do meu conhecimento.

Por outro lado, Sr. Deputado, o diploma que referiu, e que não disse o número, foi aprovado, na generalidade, por esta Assembleia...

O Sr. Macário Correia (PSD): — Por que razão não pedem o seu agendamento para subir a Plenário?

O Orador: — ... e está em discussão, em sede de especialidade, na comissão — de que V. Ex.^a também faz parte e, portanto, deveria estar informado disso —, para depois subir a Plenário para votação final global.

Já agora, Sr. Deputado, gostava que lesse todo o texto, porque no último artigo não é referido que ele se aplica ao Orçamento do Estado para 1996, ao contrário do que V. Ex.^a disse.

Quanto a coragem e educação, dir-lhe-ei, Sr. Deputado, que tomei o chá suficiente quando era pequeno...

O Sr. Macário Correia (PSD): — Não se nota!

O Orador: — ... e não entendi das minhas palavras qualquer ofensa a V. Ex.^a. De qualquer forma, porque sei ser educado, desde já peço-lhe desculpa se, eventualmente, o ofendi. No entanto, saltou-me a dúvida se V. Ex.^a estava ofendido com aquilo que eu lhe disse ou com aquilo que foi a prática do seu grupo parlamentar, enquanto poder, no incumprimento da Lei das Finanças Locais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, dou por encerrados os trabalhos.

A próxima reunião plenária realiza-se quarta-feira, dia 13, a partir das 15 horas, e terá como ordem do dia a discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.os 59/VII — Grandes Opções do Plano para 1997 e 60/VII — Orçamento do Estado para 1997.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
António Bento da Silva Galamba.

António de Almeida Santos.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Mário Manuel Videira Lopes.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Victor Brito de Moura.
Vital Martins Moreira.

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
José Augusto Santos da Silva Marques.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

Armelim Santos Amaral.
Carlos Manuel de Sá Correia.
Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Luis Afonso Cortez Rodrigues Queiró.
Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

Bernardino José Torrão Soares.
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 180\$00 (IVA INCLUIDO 5%)